

DEZEMBRO DE 2025

BOLETIM **TRIBUTÁRIO**

DESTAQUE

Redução de incentivos fiscais federais e aumento de carga tributária para o setor financeiro e de apostas

Pág.2

NOVIDADES LEGISLATIVAS

PLP nº 108/2024: Câmara dos Deputados conclui regulamentação da reforma tributária

Pág.4

DE OLHO NOS TRIBUNAIS

Lei do Mato Grosso que preserva benefício fiscal concedido sem convênio Confaz é inconstitucional

Pág.9

DE OLHO NO FISCO

CARF agiliza o julgamento dos processos sujeitos à prescrição intercorrente

Pág.15

DESTAQUE

LC N° 224/2025 E DECRETO N° 12.808/2025: REDUÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS FEDERAIS E AUMENTO DE CARGA TRIBUTÁRIA PARA O SETOR FINANCEIRO E DE APOSTAS

Foi sancionada a Lei Complementar n° 224/2025, que estabelece medidas amplas de ajuste fiscal, com foco na redução de incentivos tributários e aumento da arrecadação em setores específicos, como o financeiro e o de apostas. A norma foi regulamentada pelo Decreto n° 12.808/2025 e pela Instrução Normativa RFB n° 2.305/2025, e traz alterações relevantes no regime de benefícios fiscais federais, nas regras de tributação do lucro presumido, no tratamento conferido às operações com Juros sobre Capital Próprio (JCP) e na regulamentação da responsabilidade solidária relacionada a apostas de quota fixa.

Entre as principais inovações, destaca-se a imposição de um limite global de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para a concessão de benefícios tributários federais. Caso esse teto seja ultrapassado, ficam vedadas novas concessões, prorrogações ou ampliações, salvo se acompanhadas de medidas compensatórias. A LC n° 224/2025 também institui a redução proporcional de incentivos fiscais vigentes aplicáveis ao IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IPI e Imposto de Importação. Isenções e alíquotas zero passam a ser substituídas pela aplicação de 10% da alíquota padrão e, nos casos de redução de base de cálculo, o benefício fica

limitado a 90% da redução originalmente prevista.

Em relação ao lucro presumido, foi estabelecido acréscimo de 10% nos percentuais de presunção utilizados na apuração do IRPJ e da CSLL, incidente exclusivamente sobre a parcela da receita bruta anual que exceder R\$ 5 milhões. A apuração deve ser feita proporcionalmente por trimestre e por atividade. Permanecem excluídos das novas regras as imunidades constitucionais, os regimes especiais da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio, o Simples Nacional, os programas Prouni e Minha Casa Minha Vida, além dos produtos da Cesta Básica Nacional de Alimentos.

A alíquota do IRRF sobre os Juros sobre Capital Próprio foi elevada de 15% para 17,5%. Houve ainda aumento na carga tributária para setores regulados. A CSLL foi majorada para seguradoras, empresas de capitalização e determinadas instituições financeiras, que passam a recolher 17,5% até 2027 e 20% a partir de 2028. As instituições de pagamento, bolsas de valores, entidades de liquidação e outras infraestruturas do mercado financeiro ficam sujeitas à CSLL de 12% até 2027 e 15% a partir de 2028.

A norma também regulamenta a responsabilidade solidária por tributos devidos na exploração de apostas de quota fixa. Estarão solidariamente obrigadas: (i) instituições financeiras e de pagamento que, após notificação, permitirem transações com operadores não autorizados; e (ii) pessoas físicas ou jurídicas que veiculem publicidade desses operadores. A regulamentação operacional caberá ao Ministério da Fazenda.

A Instrução Normativa RFB nº 2.305/2025 detalhou os procedimentos a serem ob-

servados para aplicação das novas regras, incluindo orientações sobre preenchimento da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), da EFD-Contribuições e dos documentos de importação, com definição de códigos específicos para os ajustes.

A norma esclarece que as alterações relativas ao IRPJ e ao Imposto de Importação produzem efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026. Para os demais tributos (CSLL, PIS, COFINS e IPI), as mudanças passam a valer a partir de 1º de abril de 2026, em respeito à anterioridade nonagesimal.



NOVIDADES LEGISLATIVAS

UNIÃO

PLP nº 108/2024: Câmara dos Deputados conclui regulamentação da reforma tributária

Foi concluída, em 17 de dezembro de 2024, a tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108/2024, que consolida o segundo pilar da regulamentação da reforma tributária sobre o consumo. O texto aguarda sanção presidencial.

A principal medida do PLP é a instituição do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), órgão público com autonomia orçamentária, técnica e administrativa. O Comitê Gestor será responsável por arrecadar o IBS, uniformizar a interpretação da legislação, distribuir a receita entre os entes subnacionais e julgar os litígios administrativos relacionados ao tributo.

O projeto institui processo administrativo tributário (PAT) unificado para o IBS e a CBS, padronizando as fases de impugnação e recurso. As decisões do Comitê Gestor terão efeito vinculante e sua atuação observará princípios de colegialidade, paridade federativa e eficiência.

No campo da tributação patrimonial, o PLP traz alterações no Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), incluindo a incidência sobre a transmissão de valores acumulados em planos de previdência privada do tipo VGBL e PGBL em caso de falecimento do titular.

A norma, entretanto, preserva a isenção da parcela referente ao componente de risco securitário. Também foram promovidas alterações na legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), com o objetivo de uniformizar critérios de incidência entre os municípios.

Novas orientações sobre aplicação de pena de perdimento em importações com marcas falsificadas (Ato Declaratório Interpretativo nº 3/2025)

Foi publicado o Ato Declaratório Interpretativo (ADI) nº 3/2025, por meio do qual a Receita Federal uniformizou o entendimento sobre a aplicação da pena de perdimento em operações de importação que envolvam mercadorias com marcas falsificadas, alteradas ou com falsa indicação de procedência. A norma esclarece que a penalidade se justifica quando a infração ultrapassa o âmbito da propriedade intelectual e compromete bens jurídicos de natureza pública, como saúde, segurança, meio ambiente, ordem econômica e defesa do consumidor, nos termos do Decreto nº 6.759/2009 (Regulamento Aduaneiro).

Segundo o ADI, a ausência de manifestação judicial do titular da marca não impede a aplicação da penalidade. O Auditor-Fiscal poderá manter a retenção das mercadorias e intimar o titular a comprovar a infração ao direito de propriedade intelectual ou à legislação aduaneira, garantindo o contraditório. Se ficar caracterizada a violação, ainda que por meio de informações prestadas pelo detentor da marca, será aplicada a pena de perdimento.



Instituído Programa Confia e abertas as inscrições para sua 1ª edição (IN RFB nº 2295/2025 e Portaria RFB nº 621/2025)

A Receita Federal instituiu o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia), por meio da Instrução Normativa RFB nº 2.295/2025, com o objetivo de fomentar a conformidade tributária e aduaneira por meio de cooperação e transparência entre Fisco e contribuintes.

A adesão é voluntária e restrita a empresas que atendam a critérios econômicos e qualitativos, como receita bruta elevada, regularidade fiscal, histórico de litígios e estrutura de governança. Os contribuintes habilitados contarão com benefícios como canal direto com auditores, prioridade em pleitos administrativos, e possibilidade de regularização de débitos com redução ou exclusão de multas.

A Portaria RFB nº 621/2025 regulamenta a 1ª edição do Confia, com a oferta de 40 vagas para certificação. O requerimento deverá ser apresentado entre 26 de janeiro e 20 de fevereiro de 2026, exclusivamente pelo e-CAC. A ordem de seleção prioriza os participantes dos projetos-piloto e do Fórum de Diálogo, sendo os demais classificados por receita bruta decrescente. Também será formado cadastro de reserva para futuros certames.

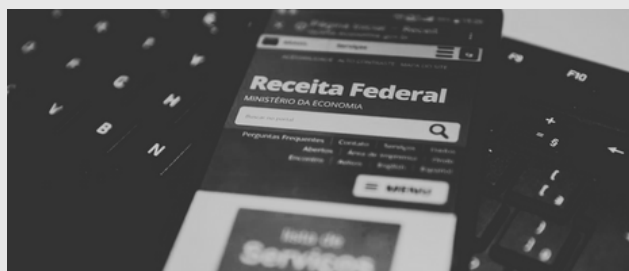
Os critérios para habilitação incluem receita bruta superior a R\$ 2 bilhões, classificação como "Maior Contribuinte Especial", débitos declarados acima de R\$ 100 milhões, regularidade fiscal comprovada e grau de endividamento inferior a 30%.

Será obrigatória a entrega do Questionário de Autoavaliação (QAA), que atesta a maturidade da governança tributária e aduaneira da empresa. A exclusão do programa poderá ocorrer de ofício ou a pedido, em caso de descumprimento dos requisitos pactuados.

7ª Região Fiscal institui trabalho proativo para acompanhamento da regularidade fiscal de contribuintes classificados no programa Receita Sintonia (Portaria SRRF07 nº 1125/2025)

A Superintendência da Receita Federal da 7ª Região Fiscal, que abrange os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, publicou a Portaria SRRF07 nº 1.125/2025, instituindo procedimento proativo de acompanhamento da regularidade fiscal com foco na emissão de certidões negativas. A medida aplica-se exclusivamente a contribuintes sob jurisdição da 7ª Região, com exceção dos vinculados às Delegacias de Maiores Contribuintes, e abrange prioritariamente os classificados como “A+” e “A” no programa Receita Sintonia, selecionados anualmente com base em critérios como porte, faturamento e relevância social.

A atuação será conduzida pela Divisão Regional de Atendimento (DIATE), sem substituir o requerimento formal de certidão. O monitoramento ocorrerá por meio de processo digital ou e-mail institucional e seguirá duas etapas: (i) adesão voluntária após o recebimento de carta-convite e notificação de pendências; e (ii) orientação e acompanhamento para a regularização, possibilitando a emissão da certidão pelo próprio contribuinte via site ou e-CAC. A exclusão do acompanhamento poderá ocorrer após 180 dias de inatividade no processo digital.



Esclarecidos os limites do sigilo fiscal e funcional no fornecimento de dados societários via SIC (Solução de Consulta Interna COSIT nº 5/2025)

A Receita Federal esclareceu quais dados societários podem ser fornecidos em resposta a pedidos realizados pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

Podem ser disponibilizadas informações já disponíveis em bases públicas, como o Portal de Dados Abertos, e dados submetidos a registros públicos, incluindo o histórico de sócios e administradores de um CNPJ específico, com as respectivas datas de entrada e saída, além do capital social global da empresa. Tais informações não estão protegidas por sigilo fiscal nem funcional.

Por outro lado, a Receita vedou a entrega de listagens consolidadas contendo todas as empresas das quais uma pessoa física tenha participado como sócia ou administradora. Segundo a RFB, esse tipo de levantamento exige tratamento e consolidação adicionais de dados, extrapolando o acesso direto a registros públicos e violando o sigilo funcional.

A Receita também considerou que tais dados, se apresentados em conjunto, poderiam revelar indiretamente a capacidade econômica da pessoa física, o que atrairia a proteção do sigilo fiscal nos termos do art. 198 do CTN.

RIO DE JANEIRO

Decreto nº 50.040/2025: Refis é regulamentado no Estado do Rio de Janeiro

O Governo do Estado do Rio de Janeiro publicou o Decreto nº 50.040/2025 regulamentando o Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários e Não Tributários (Refis) previsto na Lei Complementar nº 225/2025. A norma detalha as condições para adesão ao parcelamento, beneficiando débitos de ICMS (inclusive de FEEF, FOT e FECF) e de outros tributos estaduais, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, com fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2025.

O programa prevê reduções expressivas de penalidades e acréscimos moratórios conforme a modalidade de pagamento escolhida pelo contribuinte. No pagamento à vista, o abatimento pode chegar a 95% sobre multas e juros. Para parcelamentos, os percentuais variam: 90% de redução em até 10 parcelas, 60% em até 24, 30% em até 60 e sem desconto quando o prazo se estender a 90 meses. Exceções incluem créditos limitados à multa, que recebem redução de 50% da penalidade, com juros ajustados de acordo com o plano adotado.

Não poderão ser incluídos no Programa dos débitos que tenham decisão judicial transitada em julgado favorável ao Estado e que tenham sido integralmente garantidos por depósito ou penhora em dinheiro, bem como fiança bancária, seguro garantia ou qualquer modalidade equivalente.



Uma das inovações é a possibilidade de compensação de débitos inscritos em dívida ativa com precatórios próprios ou adquiridos, desde que já incluídos no orçamento, líquidos e certos. Nesse caso, admite-se redução de até 70% sobre multas e juros, sendo que, para débitos de ICMS, até 75% do valor poderá ser quitado via compensação e os 25% restantes deverão ser pagos em dinheiro.

Empresas em recuperação judicial ou com falência decretada poderão parcelar seus débitos em até 180 vezes, com reduções progressivas de multa e juros conforme o número de parcelas, desde que atendidos os critérios previstos no Capítulo II da Lei Complementar nº 225/2025 e no Convênio ICMS nº 115/2021. Nesses casos, há tratamento diferenciado também quanto aos valores mínimos das parcelas.

Por fim, o decreto estabelece que caberá à Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ-RJ) e à Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ) editar os atos normativos complementares para execução do programa, incluindo regras sobre adesão e operacionalização.

Lei nº 11.071/2025: Alíquota do FOT é majorada progressivamente até 2032

Foi sancionada a Lei nº 11.071/2025, que altera as regras de fruição de benefícios fiscais de ICMS e estabelece que a vigência do Fundo Orçamentário Temporário (FOT) se encerrará em 31 de dezembro de 2032.

A norma mantém a exigência de depósito ao FOT como condição para usufruto de incentivos não onerosos, calculado sobre a diferença entre o ICMS devido com e sem o benefício, e fixa um cronograma de majoração progressiva da alíquota: 20% em 2026, 25% em 2027, 27% em 2028, 30% em 2029, 40% em 2030, 50% em 2031 e 60% em 2032.

Para os incentivos fiscais concedidos por prazo certo e mediante contrapartidas onerosas, será aplicada alíquota fixa de 18,18% sobre o valor incentivado, desde que atendidos os requisitos da Lei Complementar Federal nº 214/2025.

A nova legislação também define exceções à alíquota padrão, com percentuais reduzidos para determinados setores e regimes especiais. Entre os casos excepcionados, sujeitos a regras mais brandas, estão operações com cigarros e fumos, produtos de higiene pessoal, cimentos e argamassas, brita e materiais de construção civil, fabricantes de aditivos para lubrificantes, empresas do setor metalmeccânico e contribuintes com atividades localizadas fora da Região Metropolitana.

Esses casos terão percentuais diferenciados de depósito ao FOT, conforme regulamentação complementar.

Regulamentação dos procedimentos administrativos para cumprimento de decisões judiciais sobre crédito tributário (Resolução SEFAZ nº 843/2025)

A SEFAZ/RJ disciplinou os procedimentos administrativos a serem adotados no âmbito da Subsecretaria de Receita para o cumprimento de decisões judiciais que suspendam, excluam, extingam ou alterem o valor de créditos tributários estaduais. A norma revoga a Portaria SAF nº 279/1991 e abrange todos os tributos estaduais, incluindo ICMS, IPVA, ITD, taxas e contribuições.

Nos casos em que a decisão judicial suspende a exigibilidade do crédito, a unidade competente deverá efetuar o registro da suspensão no sistema da SEFAZ, desde que haja requerimento do contribuinte e comprovação da decisão por meio de petição protocolada. Se a suspensão estiver condicionada à realização de depósito judicial, o controle da exigibilidade ficará vinculado à manutenção do depósito. A conversão do depósito em renda, bem como a extinção do crédito, dependerá de manifestação da PGE/RJ, com base na análise da decisão com trânsito em julgado.

A norma também estabelece procedimentos específicos conforme a origem do crédito (auto de infração, DUE, parcelamento, débito declarado em EFD etc.) e prevê medidas de monitoramento dos efeitos da decisão judicial ao longo do processo. Destaca-se que, no caso de extinção parcial ou total do crédito, a unidade responsável deverá avaliar a existência de eventual saldo remanescente e tomar as providências cabíveis, inclusive para eventual restituição ao contribuinte.

DE OLHO NOS TRIBUNAIS

STF

Lei do Mato Grosso que preserva benefício fiscal concedido sem convênio Confaz é inconstitucional

Foi declarada a inconstitucionalidade do art. 58, caput e §§ 1º e 2º, da LC nº 631/2019 do Estado de Mato Grosso, que previa a remissão de créditos tributários e a possibilidade de reinstituição de benefícios fiscais de ICMS concedidos sob condição onerosa, sem a aprovação do Confaz, desde que as contrapartidas tivessem sido atendidas e que houvesse transcorrido 4/5 do prazo final do benefício.

Para o Tribunal, a norma afronta o art. 155, § 2º, XII, “g”, da Constituição Federal, que exige deliberação conjunta dos Estados e do Distrito Federal para a concessão de benefícios de ICMS.

A decisão foi proferida na ADI nº 6.319, sob relatoria do Ministro Cristiano Zanin, e seguiu a jurisprudência consolidada da Corte. O STF modulou os efeitos da decisão para que a declaração de inconstitucionalidade produza efeitos apenas a partir da publicação do acórdão do julgamento de mérito, em 10 de dezembro de 2025.

também propôs a modulação dos efeitos da decisão, para que produza efeitos a partir da publicação da ata de julgamento, resguardando ações judiciais e processos administrativos em curso, bem como fatos geradores anteriores ainda não quitados.



Inconstitucionalidade do IPVA para aeronaves e embarcações

Dispositivos da Lei nº 12.023/1992, do Estado do Ceará, que previam a cobrança de IPVA sobre aeronaves e embarcações, foram declarados inconstitucionais. A Corte entendeu que tais bens não se enquadravam no campo de incidência do imposto prevista no texto constitucional vigente à época da edição da norma, antes da Emenda Constitucional nº 132/2023.

No julgamento da ADI nº 5.654, prevaleceu o voto do relator, Ministro Nunes Marques, que reafirmou a jurisprudência do STF. A análise teve como parâmetro a redação constitucional anterior à reforma tributária, em respeito ao princípio do controle de constitucionalidade conforme a norma vigente no momento da edição da lei.

Foi mantida, contudo, a validade dos dispositivos que preveem alíquotas diferenciadas para veículos terrestres com base em critérios objetivos, como potência do motor (cavalos-vapor) e capacidade volumétrica (cilindradas). Segundo o relator, tais diferenciações são compatíveis com a competência legislativa plena dos Estados e com o princípio da capacidade contributiva.



Lei que atribui competência à ANEEL para regulamentar repasse de créditos de PIS/COFINS aos consumidores de energia é constitucional

É constitucional a Lei nº 14.385/2022, que atribui à ANEEL a competência para destinar aos consumidores, via revisão tarifária, os valores recuperados pelas distribuidoras de energia a título de PIS/COFINS em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições. Para o STF, a norma trata de política tarifária e equilíbrio econômico-financeiro das concessões, afastando-se do campo do direito tributário e da exigência de lei complementar.

O Tribunal fixou parâmetros para a implementação da medida, autorizando a dedução de tributos, honorários advocatícios e outros custos diretamente relacionados à recuperação dos créditos. Também foi definido que o repasse aos consumidores observará o prazo prescricional de 10 anos, contados da efetiva restituição ou da homologação da compensação, sendo vedada a devolução de valores já recebidos de boa-fé. A decisão foi proferida na ADI nº 7.324.

Incentivos fiscais concedidos à comercialização de defensivos agrícolas são constitucionais

Foram mantidos os benefícios fiscais destinados à comercialização de defensivos agrícolas. Por maioria, o STF julgou improcedentes as ADIs nºs 5.553 e 7.755, que questionavam a validade das cláusulas 1ª e 3ª do Convênio ICMS nº 100/1997, do Confaz, de dispositivos do Decreto nº 7.660/2011 (alíquota zero de IPI) e dos trechos da Emenda Constitucional nº 132/2023 que preveem regime diferenciado para esses produtos.

As ações alegavam violação aos direitos fundamentais à saúde e ao meio ambiente equilibrado.

Prevaleceu o voto do Ministro Cristiano Zanin, que considerou legítima a adoção de incentivos fiscais dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, compatibilizando aspectos ambientais, sociais e econômicos.

O relator reforçou que tais direitos não são absolutos e devem ser ponderados em face de objetivos constitucionais mais amplos.

O Ministro Nunes Marques acompanhou a tese, ressaltando que a concessão de incentivos não implica, por si só, aumento do uso de agrotóxicos, tratando-se de insumos essenciais ao setor produtivo.

A decisão reconhece a competência dos entes federativos para estruturar políticas fiscais voltadas ao setor agrícola, dentro dos limites constitucionais.

IRPF - Possibilidade de dedução de contribuições extraordinárias à previdência privada até o limite de 12%

As contribuições extraordinárias pagas a entidades fechadas de previdência complementar podem ser deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), observado o limite de 12% do total dos rendimentos computados na declaração anual. O entendimento foi firmado sob o rito dos recursos repetitivos (Tema nº 1.224), com a rejeição de recurso especial da Fazenda Nacional.

Segundo o relator, Ministro Benedito Gonçalves, não há distinção legal entre contribuições normais e extraordinárias para fins de dedução fiscal, uma vez que ambas visam garantir o custeio dos benefícios pactuados no regime complementar.

Assim, os aportes realizados para recomposição de déficits atuariais devem ser equiparados às contribuições regulares, desde que observadas as regras e o limite legal estabelecido no art. 11 da Lei nº 9.532/1997. A decisão foi proferida nos REsp nºs 2.043.775, 2.050.635 e 2.051.367.

Simples Nacional - prescrição tem início no dia seguinte ao vencimento ou à data de entrega da declaração

Afastada a tese de que o prazo prescricional para a cobrança de débitos no Simples Nacional se inicia apenas com a entrega da declaração anual.

Em julgamento realizado pela Primeira Turma, prevaleceu o entendimento de que, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo começa a correr no dia seguinte ao vencimento da obrigação ou no dia seguinte à data em que o tributo foi declarado e não pago, valendo o que ocorrer por último.

O relator, Ministro Paulo Sérgio Domingues, destacou que, no Simples Nacional, o crédito tributário se constitui com base nas informações prestadas mensalmente pelo contribuinte, de forma automática. Nessa sistemática, a DEFIS cumpre apenas função acessória, sem interferir na contagem da prescrição. Também foi ressaltado que esse entendimento decorre da aplicação do art. 150, § 4º, do CTN, sendo a DEFIS irrelevante para fins de constituição do crédito tributário. A decisão foi proferida no REsp nº 2.098.486.



ITCMD - Possibilidade de arbitramento de base de cálculo em caso de defasagem do valor inicial do débito

A Fazenda Pública pode arbitrar a base de cálculo do ITCMD quando os critérios previstos na legislação estadual não refletirem o valor de mercado do bem transmitido. Por maioria, o STJ reconheceu que a legislação local possui autonomia para eleger a forma de apuração da base, mas deve observar os limites do art. 148 do CTN.

Segundo o relator, Ministro Marco Aurélio Bellizze, o arbitramento é possível sempre que a declaração do contribuinte ou a avaliação inicial se revelarem inidôneas ou omissas, não sendo necessária previsão expressa na norma estadual.

A medida, no entanto, deve ser excepcional, exigindo a abertura de processo administrativo individualizado. A administração tributária deve demonstrar que o valor declarado destoa do valor de mercado e deve garantir ao contribuinte o contraditório e a ampla defesa. A decisão foi proferida no REsp nº 2.175.094.

Impossibilidade de exclusão do ICMS e de PIS/COFINS da base de cálculo do IPI

Não é possível excluir os valores de ICMS, PIS e COFINS da base de cálculo do IPI. A decisão interpretou o conceito de “valor da operação” previsto no art. 47, II, “a”, do CTN e no art. 14, II, da Lei nº 4.502/1964, considerando que o montante inclui todos os encargos incidentes sobre a saída da mercadoria do estabelecimento industrial, inclusive tributos embutidos no preço.



O relator, Ministro Teodoro Silva Santos, afastou a aplicação analógica do Tema nº 69 do STF, que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, destacando a diferença entre as materialidades dos tributos.

Para o IPI, o legislador adotou o critério do valor jurídico-formal da operação, o que afasta a possibilidade de subtração de tributos incluídos no preço.

Com base nessa premissa, o Tribunal considerou que a retirada de tais parcelas exigiria previsão legal específica, inexistente no ordenamento vigente. A decisão foi proferida no julgamento dos REsp's nºs 2.119.311, 2.143.866 e 2.143.997 (Tema nº 1.304).

Cofins-Importação - Possibilidade de cobrança do adicional de 1% sobre produtos médico-hospitalares será definida em tema repetitivo

Foi afetada ao rito dos recursos repetitivos a controvérsia sobre a legalidade da exigência do adicional de 1% da Cofins-Importação sobre produtos farmacêuticos, químicos e médico-hospitalares, cuja alíquota principal tenha sido reduzida a zero por ato do Executivo. A afetação foi motivada pela multiplicidade de decisões sobre o tema nas Turmas da Primeira Seção e pela relevância da matéria.

Segundo o relator, Ministro Gurgel de Faria, o objetivo é uniformizar a jurisprudência sobre a incidência do adicional em cenários de desoneração da alíquota principal, considerando que o STF já reconheceu, no Tema 1.047, a constitucionalidade genérica da cobrança do adicional de %1. A controvérsia será julgada nos REsp's nºs 2.173.916 e nº 2.090.133.

Limite de 20 salários-mínimos para as contribuições destinadas a terceiros será definido em tema repetitivo

Foi afetada à sistemática dos recursos repetitivos a controvérsia sobre a aplicabilidade do limite de 20 salários-mínimos à base de cálculo das contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros, conforme previsto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 6.950/1981.

A discussão envolve contribuições destinadas ao INCRA, salário-educação, DPC, FAER, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP, SEBRAE, APEX-Brasil e ABDI. A relatora, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, destacou a relevância do tema e o elevado número de ações judiciais sobre a matéria como fundamentos para a afetação, com o objetivo de uniformizar o entendimento e garantir segurança jurídica. O julgamento ocorrerá nos REsp's nºs 2.187.625, 2.187.646, 2.188.421 e 2.185.634 (Tema nº 1.390).



JUSTIÇA FEDERAL

Afastada exigência de aprovação de dividendos até final de 2025 para isenção do imposto de renda

A 8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal afastou, em decisão liminar, a exigência prevista na Lei nº 15.270/2025 que condiciona a isenção do Imposto de Renda sobre dividendos à aprovação de sua distribuição até 31 de dezembro de 2025.

A decisão reconheceu a incompatibilidade entre essa exigência e a Lei das S.A. (Lei nº 6.404/1976), que determina a deliberação sobre a destinação do lucro lí-

quido em Assembleia Geral Ordinária até abril do ano seguinte ao encerramento do exercício.

Segundo a juíza Cristiane Pederzoli Rentzsch, a norma tributária viola o art. 110 do CTN ao interferir indevidamente em institutos de direito privado e comprometer a segurança jurídica.

Foi determinada, em sede de tutela de urgência, a abstenção da autoridade fiscal quanto à exigência do prazo de deliberação previsto na nova lei, assegurando a validade da aprovação dos dividendos dentro dos prazos societários regulares. A medida foi concedida no MS nº 1145663-06.2025.4.01.3400.



CARF

Mantido auto de infração de IPI por simulação

A 3ª Turma da Câmara Superior reformou acórdão que havia cancelado auto de infração lavrado contra contribuinte por simulação em operações sujeitas ao IPI. A fiscalização sustentou que a empresa controladora e sua controlada atuavam como uma só, simulando operações para reduzir a carga tributária.

O julgamento de origem havia reconhecido a ausência de provas para descaracterizar a autonomia empresarial do contribuinte.

Prevaleceu o voto do relator, conselheiro Rosaldo Trevisan, que apontou manobra com transferência de produtos da unidade industrial para empresa do mesmo grupo a valores subfaturados, com o objetivo de reduzir a base de cálculo do imposto e evitar a tributação na etapa de revenda.

A maioria dos conselheiros entendeu que a estrutura foi utilizada para deslocar a margem de lucro para a empresa comercial, caracterizando interposição fraudulenta e prática abusiva, com recolhimento a menor do imposto.

A decisão foi proferida no PA nº 10830.729074/2017-69.

DE OLHO NO FISCO

CARF agiliza o julgamento dos processos sujeitos à prescrição intercorrente

O CARF zerou o estoque de processos administrativos pendentes de distribuição com risco de prescrição intercorrente, aplicável após três anos de inatividade. A medida decorre da tese firmada pelo STJ no Tema Repetitivo nº 1.293 (REsp 2.147.578/SP), que reconheceu a prescrição intercorrente em infrações aduaneiras administrativas. Segundo o presidente da 3ª Seção, Regis Xavier Holanda, cerca de 1,7 mil processos aguardavam triagem e foram priorizados para julgamento.

A maior parte trata de multas por omissão de informações na chegada de cargas ou por interposição fraudulenta. Caberá às Turmas avaliar a aplicação da tese conforme as peculiaridades de cada caso.

SEFAZ/ES: IBS e CBS não entram na base de cálculo do ICMS em 2026

A SEFAZ/ES publicou o Parecer nº 939/2025, fixando o entendimento de que o IBS e a CBS não integrarão a base de cálculo do ICMS durante o exercício de 2026. A orientação considera as regras da LC nº 214/2025, que estabelecem um período de testes no qual os novos tributos não serão efetivamente recolhidos, desde que observadas as obrigações acessórias ou efetuada a compensação com PIS/COFINS.

Segundo o Fisco estadual, a ausência de desembolso financeiro e de acréscimo real ao valor da operação afasta a incidência do artigo 13 da LC nº 87/1996. Dessa forma, os valores destacados de IBS e CBS nos documentos fiscais em 2026 não devem ser computados na base do ICMS.



TAGD

advogados

Esse boletim foi elaborado por:

João Agripino Maia | joao.maia@tagdlaw.com.br

Luciana Xavier Cotrim | luciana.cotrim@tagdlaw.com.br

Flávia Pompermayer | flavia.pompermayer@tagdlaw.com.br

FALE COM OS NOSSOS SÓCIOS DA ÁREA TRIBUTÁRIA:



DANIEL ANDRADE
dandrade@tagdlaw.com.br



EDGAR SANTOS GOMES
edgar.gomes@tagdlaw.com.br



GUSTAVO GODOY
gustavo.godoy@tagdlaw.com.br



JOÃO AGRIPINO MAIA
joao.maia@tagdlaw.com.br



MAURÍCIO TERCIOTTI
mauricio@tagdlaw.com.br



RENATO PELUZO
renato@tagdlaw.com.br



THIAGO SARRAF
thiago.sarraf@tagdlaw.com.br

RIO DE JANEIRO - SEDE CENTRO

Av. Rio Branco, 143 - 17º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ | 20040-006

SÃO PAULO

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2894 - CJ 51
Jardim Paulistano - São Paulo - SP | 01451-000

RIO DE JANEIRO - SEDE BARRA DA TIJUCA

Av. das Américas, 3500 - Le Monde, Bl 2, Sl 509 a 516
Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ | 22640-102

BELÉM

Travessa Rui Barbosa, 897
Reduto - Belém - PA | 66053-260